

Mitos e realidades da emigração portuguesa, 1851-1973

Joaquim da Costa Leite ¹

A emigração é um tema actual e de grande impacto mediático. Suscita intervenções apaixonadas de diversos quadrantes, numa discussão em que facilmente se perdem as vozes dos próprios emigrantes e as realidades económicas fundamentais. Num tal contexto, os investigadores encontram uma tarefa dificultada não apenas porque partem de posições fortemente influenciadas pelas ideias prevalecentes na sua matriz cultural, como as encontram repetidas em fontes e testemunhos, confrontando-as de novo no momento da divulgação de resultados. Perante noções enraizadas, até mesmo os factos mais sólidos podem ser ignorados, secundarizados ou reinterpretados à luz das velhas noções, comprometendo assim o potencial enriquecimento derivado da investigação.

No longo período que vai de 1851, com a inauguração da primeira carreira de paquetes a vapor ligando Lisboa ao Rio de Janeiro, e o choque petrolífero de 1973, registaram-se diferentes conjunturas e oportunidades migratórias. No entanto, o período tem em comum, entre outros aspectos, a grande atenção prestada às questões da emigração nos meios de comunicação, nos debates intelectuais, ideológicos e políticos. De tudo isso resultou uma grande quantidade e diversidade de informação qualitativa e quantitativa, que no entanto comporta lacunas, enviesamentos e preconceitos nem sempre fáceis de perceber.

A comunicação procura discutir mitos e noções erradas sobre a emigração portuguesa, para chegar à sua realidade essencial. A discussão incidirá especialmente sobre a emigração portuguesa para o Brasil no período anterior à Primeira Guerra Mundial como caso mais problemático, prestando atenção ao enquadramento mediático numa perspectiva de longo prazo.

* * *

Em recente noticiário televisivo podíamos deparar com o título: **“Emigrantes portugueses tratados como escravos em Espanha”**. A notícia ficou melhor explicada nos jornais dos dias seguintes. Dois portugueses e um marroquino estiveram durante meses a trabalhar no fabrico de paletes, presos e sujeitos a maus tratos. Os patrões sequestradores—entre os quais um português—formavam um grupo com antecedentes de roubos e agressões, instalado num bairro marginal de Alcalá de Henares. Uma das vítimas, de nome Hugo, era um rapaz de 15 anos fugido de um centro de acolhimento de menores.²

¹ Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro. Endereço electrónico: cleite@egi.ua.pt.

² A notícia foi dada no noticiário das 20 horas da TVI de 14 de Outubro de 2003. O *Diário de Notícias* tratou o assunto a 15 de Outubro, p. 19; e 16 de Outubro, p. 26. Ver também *Público* de 28 de Dezembro de 2003, p. 22, com chamada de capa, “Sequestros e escravidão em Belmonte já duram há dez anos”.

Sem deixar de ser causa de indignação, a notícia ganha depois um enquadramento que mostra uma situação excepcional. Os sequestradores eram marginais, e as vítimas eram pessoas—pelo menos no caso do português mencionado—sem ligações sociais estabilizadas. Note-se que o Hugo, mesmo depois de libertado, mentiu repetidamente à polícia espanhola dando identidades falsas, acabando por ser identificado apenas pelas impressões digitais, porque não queria ser devolvido ao centro de acolhimento em Portugal de onde havia fugido.

Como veremos mais adiante, o isolamento social não é de forma nenhuma característico da emigração. Vale a pena notar também que havia um português entre os sequestradores, para não cairmos na fácil indignação nacionalista de vermos nisso mais um episódio de espanhóis contra portugueses. Todos sabemos o suficiente sobre Espanha para percebermos que nem as vítimas eram emigrantes portugueses típicos, nem os sequestradores eram patrões espanhóis típicos. Mas dificilmente se foge à referência nacionalista: note-se, por exemplo, que apesar de haver três vítimas os títulos destacavam os dois emigrantes portugueses, esquecendo o marroquino que estava com eles a partilhar o mesmo destino.

Este e outros episódios semelhantes, na sua expressão mediática, dizem mais sobre a capacidade humana para criar e manter situações desumanas do que sobre as realidades da emigração em sentido lato. Existem, em Portugal e por esse mundo fora, situações de abuso e exploração envolvendo trabalhadores nacionais e estrangeiros. Isto não significa, contudo, que a emigração não possa aumentar as situações de risco: transpondo fronteiras num movimento de ligação entre territórios com diferentes culturas e instituições, a emigração aumenta a complexidade das situações de transporte e trabalho que propiciam a intervenção abusiva de agentes e patrões sem escrúpulos. Os imigrantes, mesmo em condições de legalidade, têm geralmente menos conhecimento dos seus direitos e menos contactos para darem voz aos seus protestos. Esses são problemas reais que exigem atenção das autoridades e dos cidadãos. Mas não devemos confundir os casos de exploração com o essencial da realidade migratória: se não houvesse uma base real de oportunidade, vivida e concretizada por muitos emigrantes, dificilmente se manteriam os fluxos migratórios correspondentes.

Sendo Portugal actualmente um país de emigração e imigração, as notícias reflectem essa complexa situação, incidindo por um lado nos casos de exploração de portugueses no estrangeiro, desde a Islândia à Córsega, e por outro lado nos problemas de integração de imigrantes eslavos, brasileiros e africanos, neste último caso abrangendo já a segunda geração.³ O quadro 1 dá alguns exemplos de títulos recentes dos jornais. Os quatro primeiros títulos foram recolhidos num só dia, o que sugere a importância e frequência noticiosa dos temas migratórios.

Vale a pena destacar três aspectos. Em primeiro lugar, apesar de lidarmos com jornais de referência, avessos ao sensacionalismo dos tablóides, nota-se a grande carga emotiva dos assuntos tratados. Em segundo lugar, torna-se evidente que apesar de vivermos numa era de grande informação, continua a existir muita desinformação e desconhecimento, possibilitando extraordinários abusos.⁴ Finalmente, importa

³ Com efeito, até na improvável Córsega encontramos portugueses explorados; ver “Trabalhadores portugueses explorados como escravos na Córsega” *Público* 18 de Dezembro de 2003 p. 24.

⁴ Para um simples exemplo da flexibilidade das redes ilegais de exploração da emigração, ver os factos apontados num relatório conjunto das Nações Unidas e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, no artigo “Balkan traffic in women and girls ‘on rise’” *Financial Times* 18 de Dezembro de 2003 p. 2.

considerar que esta envolvente informativa—ainda que factualmente correcta—conduz com demasiada facilidade a uma sobrevalorização dos episódios negativos, dificultando uma atitude aberta e tolerante perante os fluxos migratórios e as respectivas comunidades estrangeiras.⁵

Quadro 1. Títulos de jornais sobre casos migratórios

Títulos	Fontes
Portugueses na Islândia denunciam maus tratos Trata de emigrantes temporários contratados	<i>Público</i> (1)
Maioria dos imigrantes de Leste pretende retornar Imigrantes eslavos em Portugal consideram que “ganham mal e trabalham muito”	<i>Público</i> (2)
Jovem escravo em Espanha Hugo, de 15 anos, resgatado pela polícia espanhola	<i>DN</i> (3)
Tráfico humano é um negócio rentável e pouco perigoso Denúncia da Organização Internacional de Migrações	<i>DN</i> (4)
Casos de portugueses explorados no estrangeiro estão a aumentar Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas refere dados da Inspeção Geral do Trabalho	<i>Público</i> (5)

Nota: Os títulos de jornais são destacados a negrito, com esclarecimentos adicionais em segunda linha. Fontes: (1) *Público* 15 de Outubro de 2003, p. 32; (2) *Público* 15 de Outubro de 2003, p. 32; (3) *Diário de Notícias* 15 de Outubro de 2003, p. 19; (4) *Diário de Notícias* 15 de Outubro de 2003, p. 20; (5) *Público* 13 de Novembro de 2003, pp. 30-31 com chamada de primeira página.

Seria possível sobre estas matérias citar estudos e conferências, mas o objectivo destas considerações introdutórias, a propósito de artigos de jornais, consiste justamente em sublinhar a forma como toda a envolvente mediática das questões da emigração torna difícil a reflexão serena e objectiva. Verificamos facilmente como isso acontece no debate político, mas os próprios investigadores, que vivem numa sociedade mediatizada e fazem parte dela, têm dificuldade em construir um juízo crítico. Assim, o reconhecimento do enviesamento mediático como expressão de um enquadramento cultural prévio das questões de emigração constitui a primeira condição para a liberdade reflexiva do investigador. A partir daí pode o investigador começar a distinguir a excepção e a regra, procedendo do mesmo passo a uma rigorosa crítica de fontes. Constatará então que muito do que foi escrito em nome dos emigrantes por políticos,

⁵ O debate político na generalidade dos países europeus evidencia a dificuldade de uma análise serena dos problemas, mesmo a um nível simples, sem entrarmos nas questões mais duras dos gangs suburbanos, das redes criminosas ou do choque de civilizações.

funcionários e intelectuais, corresponde a interesses com que os emigrantes provavelmente não se identificariam.

Frequentemente, aquilo que nas fontes portuguesas sobre a emigração parece à primeira vista uma preocupação com os emigrantes, é na realidade uma preocupação com a perda da força de trabalho, a fuga de futuros soldados e potenciais contribuintes, o risco de redução da população e o declínio da pátria. Poderemos levar a sério, por exemplo, os autores que na segunda metade do século XIX se preocupavam tanto com a condição dos emigrantes que no Brasil eram—segundo eles—tratados como escravos, para de seguida defenderem a emigração para as colónias de África? As suas preocupações enquadravam-se numa determinada perspectiva do interesse nacional e do desenvolvimento das colónias, mas ignoravam com sobrançeria as realidades da emigração e os melhores interesse dos emigrantes.⁶

Desde os meados do século XIX encontramos, apesar das diferenças entre os vários períodos históricos e conjunturas migratórias, alguns pontos permanentes na discussão e estudo da emigração: o factor nacionalista e os interesses do estado; as motivações ideológicas e os interesses diversificados de particulares, desde os sempre citados engajadores aos patrões de ambos os lados da fronteira migratória; debates apaixonados nos parlamentos e nos jornais, com repercussões marcantes na literatura e na arte em geral. No meio da abundância e diversidade de fontes que resulta de toda essa dinâmica de interesses, torna-se fácil perder de vista o facto essencial de que nos falta geralmente o testemunho directo dos emigrantes. São raras as memórias escritas por emigrantes, e a volumosa correspondência que sabemos ter existido desapareceu quase por completo.⁷ Daí a importância crucial da crítica de fontes, e a necessidade de lembrar permanentemente uma pergunta: Qual o interesse dos emigrantes?

* * *

Um dos temas mais repetidos da historiografia tradicional, segundo as fontes oficiais e os artigos de jornais, era o da ignorância dos emigrantes, que saíam das suas terras iludidos pelas promessas dos engajadores e pelo mito da riqueza fácil. Logo em 1855 o Governo afirmava no preâmbulo da sua proposta do que seria a primeira lei moderna da emigração:

Muitas são as medidas que o Governo sucessivamente tem empregado, aconselhadas pela experiência, não só para evitar a dita emigração [clandestina] como para proteger os cidadãos que legalmente se ausentam dos seus lares, no intuito de melhorar de fortuna. Mas o uso de meios fraudulentos e de seduções empregadas para arrastar incautos com promessas de grandes lucros produzem

⁶ Para desenvolvimento ver Joaquim da Costa Leite, "Portugal and Emigration, 1855-1914" (Nova Iorque: Dissertação de Doutoramento na Columbia University, 1994), cap. 1.

⁷ Sobre estatísticas de correspondência ver Joaquim da Costa Leite, "Portugal and Emigration, 1855-1914" quadro 6.1 p. 386; id., "Informação ou Propaganda? Parentes, Amigos e Engajadores na Emigração Oitocentista", in *Emigração / Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal - Séculos XIX e XX* (Lisboa: Ed. Fragmentos, 1993), pp. 98-107. Para um raro estudo que faz uso de cartas de emigrantes, embora relativas a um período mais tardio, ver Paulo Monteiro, *Terra Que Já Foi Terra: Análise Sociológica de Nove Lugares Agro-Pastoris da Serra da Lousã* (Lisboa: Ed. Salamandra, 1985), esp. pp. 145-168.

*essas saídas ilegais e furtivas, subtraindo-se, os que assim fogem do país, à fiscalização da autoridade ...*⁸

Cerca de quatro décadas depois, o preâmbulo de uma nova proposta de lei insistia nos mesmos pontos:

*... [chama a atenção para a necessidade de dar ao Governo] os meios necessários para poder vigiar e perseguir os engajadores e aliciadores, que, disseminados por todas as províncias do Norte do país, exercem sobre a sua população ignorante e ingênua uma acção desumana e maléfica.*⁹

Com maior ou menor criatividade literária, os jornalistas e publicistas acrescentavam artigos e editoriais no mesmo sentido, como podemos verificar no exemplo seguinte retirado de um periódico local:

Cadavéricos, rotos e famintos vão como levas de condenados, presos ao seu destino por esses mares fora e, quando julgam atingir o Eldorado desejado, encontram-se não com a abundância sonhada, mas com o abandono mais completo e a miséria mais descarnada.

[...]

*Todos falam nos poucos que voltam ricos, mas ninguém se lembra desses milhares de anónimos, que para lá partiram e não regressaram mais, uns porque não ganharam o bastante para se fazerem transportar para a sua pátria, outros porque lá ficaram nos cemitérios, tão avaros da carne dos nossos compatriotas.*¹⁰

Estas noções deixaram uma impressão tão funda que persiste em textos actuais sobre a emigração portuguesa para o Brasil, como referido no seguinte excerto:

A figura do “brasileiro”, tal como a temos vindo a descrever e como foi, aliás, amplamente retratada na literatura oitocentista por Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós, é característica do século XIX. O exemplo dos “brasileiros” abastados que retornavam à pátria e a existência de uma rede mais ou menos articulada de engajadores, contratados para atrair imigrantes para as terras incultas do interior, sustentaram em grande parte a constituição do referido mito do enriquecimento fácil; os emigrantes portugueses “chegavam a preferir morrer no Brasil para esconder a sua miséria, a regressarem pobres a Portugal.” Mas, a partir do último quartel do século XIX “(...) os brasileiros de torna-viagem diminuem e acabam por se extinguir. É que as actividades de teor agrícola, que passaram a ser (...) predominantes, ou não permitiam o sucesso, ou,

⁸ Preâmbulo de proposta de lei sobre emigração, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de Julho de 1855, p. 166.

⁹ Preâmbulo de proposta de lei sobre emigração, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 14 de Março de 1896, p. 591

¹⁰ *O Baionense*, 20 de Abril de 1899, p. 1.

*quando este acontecia, a riqueza adquirida não era facilmente liquidável como a de origem comercial, e os imigrantes por lá se deixam ficar, integrados definitivamente na sociedade onde tinham logrado prosperar”.*¹¹

Poderiam multiplicar-se os exemplos de textos repetindo os mesmos temas, e a propósito de cada um deles seria possível criticar exageros e inconsistências.¹² Por exemplo, se os emigrantes se apresentavam “cadavéricos, rotos e famintos” como referia o periódico acima citado, essa era a condição a que tinham ficado reduzidos em Portugal. Não seria uma boa razão para emigrarem? Mas bastará referir neste contexto que a noção de que os emigrantes eram ignorantes, incapazes de avaliar as situações e decidir em função dos seus próprios interesses, dava justificação a uma intervenção paternalista, de pendor autoritário, que poderia mesmo comprometer a liberdade migratória. Eram poucos os que, como Afonso Costa, partiam de premissas opostas:

*... Assim, toda a legislação portuguesa deve ter por bases: a liberdade de emigrar, a protecção efectiva e constante do emigrante e de sua família, o melhoramento sistematico das condições economicas da nossa vida interior, e a educação e instrução do povo. Tudo o mais é utopia.*¹³

De um modo geral cristalizou nos documentos oficiais, na opinião pública e na literatura da época uma interpretação fortemente negativa da emigração que, apesar de algumas vozes dissonantes, deixou um legado que chegou até à historiografia dos nossos dias.

* * *

Concedendo o devido lugar a posições de excepção e à complexidade das opiniões, é no entanto possível reunir no quadro 2 um conjunto de temas recorrentes da historiografia tradicional sobre a emigração, em contraponto com os temas alternativos de uma nova interpretação. O contraponto deve ser entendido como uma questão de ênfase e não de contraste absoluto, dado que as realidades migratórias apresentam sempre nuances e casos extremos. A nova interpretação reconhece os problemas constantes da historiografia tradicional, reequacionando todavia o seu significado e representatividade, colocando-os num enquadramento imperfeito mas globalmente positivo.

¹¹ Helena Mateus Jerónimo, Maria Luís Rovisco, Cristina Matos Almeida e José Carvalho Lopes, “A emigração portuguesa: uma breve introdução” in José Luís Garcia, org., *Portugal Migrante* (Lisboa: Celta, 2000), p. 18.

¹² Para mais pormenores ver Joaquim da Costa Leite, “Informação ou Propaganda?”; id., “Portugal and Emigration, 1855-1914”, cap. 1.

¹³ Afonso Costa, *Estudos de Economia Nacional. I. O Problema da Emigração* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1911), p. 173.

Quadro 2. Temas tradicionais e novos temas em contraponto

Perspectiva tradicional	Nova perspectiva
Propaganda	Informação
Engajadores	Amigos e parentes
Abusos	Oportunidades
Abandonados	Comunidades
Miseráveis	Proprietários
Mito do enriquecimento fácil	Vantagem salarial
Fado	Liberdade

Importa acrescentar que os dados do quadro apenas resumem as características da perspectiva tradicional, sem esgotar o assunto nem apresentar as suas posições extremas. O acentuar do lado negativo da experiência migratória alargava-se também a outros factores, como uma noção exagerada do elemento clandestino, e sobretudo à ideia de que os emigrantes portugueses iam substituir os escravos no Brasil, não simplesmente no sentido cronológico em que um sistema de trabalho sucede a outro, mas no sentido real—para alguns autores verdadeiramente literal—em que os emigrantes eram vistos como herdeiros das condições de trabalho e estatuto social dos escravos.¹⁴

Ainda que estes temas permitam uma crítica pormenorizada e extensa, é possível estabelecer o contraste entre as duas interpretações em torno de três aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, a perspectiva tradicional insistia no mito do enriquecimento fácil, supostamente simbolizado pela figura do *brasileiro*, dispensando qualquer inquérito sobre as condições salariais no Brasil. Em segundo lugar, ao qualificar os emigrantes como miseráveis e analfabetos, deixava sem resposta uma questão específica sobre o pagamento da viagem transatlântica, mas sobretudo deixava em aberto a questão mais geral e mais interessante da relação entre residentes e emigrantes em termos de propriedade e alfabetização. Finalmente, ao invocar o papel determinante dos engajadores, esquecia a informação e apoio de amigos e parentes. Muitos outros aspectos poderiam ser discutidos—como os dados objectivos de informação e a existência de uma contra-propaganda oficial contrariando a propaganda dos engajadores—mas os três pontos mencionados permitem organizar de modo coerente o essencial da nova perspectiva sobre a emigração.

Na história da emigração portuguesa para o Brasil é inevitável a referência aos *brasileiros*, e surpreendentemente escassos—praticamente inexistentes—os dados salariais. Destaca-se a excepção e ignora-se a regra, para depois condenar a emigração porque muito poucos atingem a posição excepcional do *brasileiro*! Na realidade, quando abandonamos a fixação no *brasileiro* e procuramos compreender o emigrante comum, verificamos que o Brasil apresentava uma clara vantagem salarial. Tomando como referência por um lado o Porto, centro da região de maior emigração, e por outro lado o Rio de Janeiro, principal porto de destino dos emigrantes portugueses, podemos verificar no quadro 3 que os salários de pedreiro eram três a quatro vezes superiores na

¹⁴ Ver Joaquim da Costa Leite, "Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)", *Análise Social*, no. 97, pp. 463-480; id., "Portugal and Emigration, 1855-1914", cap. 2.

capital brasileira ao longo da segunda metade do século XIX, chegando mesmo a ultrapassar seis vezes no período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial.

Quadro 3. Salários de pedreiro no Porto e no Rio de Janeiro

	Rio de Janeiro		Porto	RJ/P
	Mínimo	Máximo		
1858	600	1650	286	3,9
1866	640	1500	312	3,4
1888-9	1000	2000	361	4,2
1910-12	1666	3333	391	6,4

Salários em reis portugueses. Os valores do Porto referem o salário médio, enquanto para o Rio de Janeiro há valores mínimos e máximos, sendo a média resultante considerada no rácio da última coluna (RJ/Porto).

Fonte: Joaquim da Costa Leite, "Portugal and Emigration, 1855-1914" (Nova Iorque: Dissertação de Doutoramento na Columbia University, 1994), quadro 7.3 p. 462.

Não devemos esquecer que a equivalência salarial em termos cambiais não traduz uma correspondência exacta em termos de poder de compra e nível de vida. Por exemplo, a alimentação era relativamente mais cara no Rio de Janeiro, e seria necessário tomar em conta esse e outros factores. Mas a diferença era suficientemente grande para que um pedreiro que apenas ganhasse para viver pobremente no Porto, poderia no Rio de Janeiro fazer uma poupança substancial. O mesmo se poderia dizer de outras ocupações, como sapateiro ou carpinteiro.¹⁵ Naturalmente, o nível salarial mais elevado no Rio de Janeiro dava vantagem também aos trabalhadores não qualificados. De qualquer modo, os salários de pedreiro merecem destaque porque dizem respeito a um dos sectores mais abertos e com maior volume de emprego, constituindo por isso um bom indicador das oportunidades oferecidas à generalidade dos imigrantes.

Passando a outro ponto de análise, verificamos que os documentos oficiais e artigos de jornais salientavam a miséria e ignorância dos emigrantes, justificando assim a sua exposição ao logro e à exploração. Num país de gente pobre e analfabeta essas características parecem mais ou menos evidentes, mas o que importa perguntar é se os emigrantes eram mais pobres e mais analfabetos do que os que não emigravam. Ora a verdade é que a emigração transatlântica não estava ao alcance de qualquer um e, como veremos, as variações regionais das taxas de emigração estabelecem uma ligação clara entre emigração e propriedade. Quanto ao analfabetismo, os dados apontam para níveis inferiores entre os emigrantes.

¹⁵ Joaquim da Costa Leite, "Portugal and Emigration, 1855-1914", quadro 3.2 p. 179.

**Quadro 4. Residentes e emigrantes:
Taxas comparadas de analfabetismo, 1890-93**

	1890	Emigrantes			
	Referência	1890	1891	1892	1893
Viana	54	37	44	40	41
Porto	55	41	65	53	35
Vila Real	64	59	55	52	58
Braga	65	38	45	41	40
Aveiro	66	54	60	55	58
Coimbra	70	61	61	59	56
Viseu	71	64	69	57	59
Guarda	71	68	64	60	57
Bragança	76	--	76	65	69
Leiria	77	68	73	59	67
Continente	68	51	59	50	47

Notas: Emigrantes e residentes masculinos. Os valores de referência do censo de 1890 foram obtidos aplicando as taxas de analfabetismo dos grupos quinquenais do respectivo distrito à distribuição etária dos emigrantes do Porto. (Para comparação, a taxa bruta de analfabetismo era de 62 por cento no Porto e 72 por cento no Continente.) As taxas de analfabetismo dos emigrantes foram calculadas directamente das estatísticas oficiais.

Fonte: Joaquim da Costa Leite, "Portugal and Emigration, 1855-1914" (Nova Iorque: Dissertação de Doutoramento na Columbia University, 1994), quadro 8.4 p. 555).

O quadro 4 estabelece em termos comparativos as taxas de analfabetismo masculino nos principais distritos de emigração do Continente. Dado que os emigrantes incluem proporcionalmente menos crianças e idosos do que a população residente, foram calculadas para os dados do censo de 1890 as taxas de analfabetismo que resultariam caso fosse igual a composição etária de residentes e emigrantes. De um modo geral podemos dizer que, apesar dos níveis elevados de analfabetismo, os emigrantes eram em regra menos analfabetos do que os residentes: no Continente a taxa de analfabetismo era de 72 por cento na população masculina, seria de 68 por cento numa população masculina com a mesma distribuição etária dos emigrantes, e registou valores entre 47 e 59 por cento na emigração masculina no período 1890-1893.

Evidentemente, quanto mais generalizada for a emigração, menor será a diferença entre emigrantes e residentes, pelo que as taxas de analfabetismo se mostram mais aproximadas nos anos de mais forte emigração. Considerando os dados da emigração no período 1890-1893 verificamos que os valores mais elevados são atingidos em 1890 nos casos de Vila Real e Guarda, e no ano seguinte nos outros distritos e no total do Continente. Mesmo nesses anos de pico emigratório os valores são mais baixos do que entre a população residente, com duas excepções: Bragança com valor igual, e o Porto incaracteristicamente acima em 1891. (Talvez houvesse nesse ano muitos emigrantes de outros distritos a sair com passaporte obtido no Porto.) Assim,

podemos dizer que em cada distrito e nos respectivos grupos de idade os emigrantes eram um pouco mais instruídos do que aqueles que ficavam em Portugal. Esta conclusão, que pode parecer inesperada no contexto português, não faz mais do que confirmar uma regra geral: as pessoas mais instruídas conhecem melhor as suas oportunidades e demonstram maior mobilidade.¹⁶

No que diz respeito ao acesso à propriedade a demonstração é menos conclusiva, mas podemos apontar de modo semelhante que os emigrantes tinham alguns bens para poderem pagar—por venda ou hipoteca—as despesas de emigração. Se tomarmos como indicador da propriedade e conseqüente acesso ao crédito as colectas de imposto predial por agregado familiar, verificamos que esse factor é relevante na explicação da variância das taxas distritais de emigração: mantendo constantes os outros factores, a emigração atinge taxas mais elevadas nos distritos onde a percentagem de proprietários é mais elevada. O quadro 5 mostra esse efeito relativamente à emigração nos distritos do Continente em 1890.

Quadro 5. Factores de emigração regional, 1890

1	Em = -3,040 +0,283 ImRJ +0,047 Prop +0,045 Flx 6,9 3,2 2,8	R ² =0,859
2	Em = -0,345 +0,037 Prop +0,06 Flx 1,2 1,9	R ² =0,341

Em = Taxas médias anuais de emigração nos distritos do Continente em 1889-1892.

ImRJ = Taxas de emigração calculadas com base nos imigrantes entrados no Rio de Janeiro em 1870-74 relativamente à população em 1890.

Prop = Percentagem de colectas prediais (1891) por fogo em 1890.

Flx = Hectares de vinha destruídos pela filoxera (definidos como *área de destruição*, 1886), relativamente à população activa em 1890.

Valores *t* sob as respectivas variáveis.

Fonte: Joaquim da Costa Leite, "Portugal and Emigration, 1855-1914" (Nova Iorque: Dissertação de Doutoramento na Columbia University, 1994), quadro 7.7 p. 510.

A despeito das condições de atracção nos países de destino, é frequente encontrarmos nas diferentes conjunturas migratórias alguns elementos de crise nos países de saída. No caso da emigração portuguesa em 1890 são evidentes nos distritos do Continente os efeitos da filoxera: os distritos do Continente mais afectados pela destruição das vinhas registaram em termos comparativos taxas de emigração mais elevadas. Vinte anos depois podemos constatar o impacto adicional da crise agrícola nas terras de centeio, com uma forte emigração nos distritos transmontanos.¹⁷ Note-se, porém, que estes elementos de crise, para além do impacto que poderiam ter na redução do emprego, afectavam de imediato agricultores com alguns bens, capazes de custear as despesas de emigração. Isso não implica, portanto, qualquer contradição com o que foi dito sobre o acesso à propriedade, nem significa qualquer fluxo de emigração desordenada em função da crise, uma vez que as crises agrícolas tinham um efeito

¹⁶ Como resultado de uma análise de estudos sobre emigração, ver Jagdish N. Bhagwati, "The Decision to Migrate: a Survey" in *Dependence and Interdependence: Essays in Development Economics* (Oxford: Basil Blackwell, 1985), pp. 362-382.

¹⁷ Joaquim da Costa Leite, "Portugal and Emigration, 1855-1914", quadro 7.8 p. 513.

prolongado no tempo e os proprietários afectados tinham suficiente informação para esperarem o momento mais adequado para emigrarem.¹⁸

Importa salientar mais um aspecto, claramente demonstrado no quadro 4. Apesar da capacidade explicativa do acesso à propriedade e do factor de crise representado pela filoxera, o resultado da regressão obtido na equação 2 seria consistente mas limitado. Entrando em linha de conta com o chamado efeito de amigos e parentes como rede de informação e apoio, representado na equação 1 pelas taxas de emigração de um período anterior, verificamos que o resultado sobe para um valor elevado. Poderíamos fazer considerações semelhantes sobre a emigração em 1911. Este é um dos factores mais seguros em todos os fluxos migratórios conhecidos: os emigrantes já instalados dão informação e apoio aos novos emigrantes, numa relação tão forte que encontra verificação estatística tanto na aplicação a séries temporais, como na diferenciação espacial em períodos determinados.¹⁹ Por isso podemos afirmar que apesar da intervenção de engajadores, funcionários e autoridades diversas, os emigrantes deixavam o seu país sobretudo em função da informação personalizada que recebiam de amigos e parentes já instalados nos países de destino.

* * *

A emigração portuguesa para o Brasil acompanhou as conjunturas da economia brasileira no seu enquadramento internacional, e o mesmo se poderia dizer da emigração para a Europa na segunda metade do século XX, sendo que o Brasil e a Europa resumem aqui uma experiência migratória muito diversificada.²⁰

Como país pobre com um fraco impulso industrial, Portugal manteve ao longo dos séculos XIX e XX aquilo que poderíamos designar como uma permanente propensão migratória. Podemos mesmo notar uma tendência de longo prazo para o aumento da emigração, em relação com o aumento das oportunidades económicas e das condições de informação e apoio asseguradas pelos portugueses emigrados.

No entanto, como podemos ver no gráfico 1, a emigração portuguesa registou grandes flutuações em resposta às variações das oportunidades vindas do exterior: no século XIX respondeu sobretudo às conjunturas económicas brasileiras, mostrando depois a interrupção abrupta causada pela Primeira Guerra Mundial, a rápida

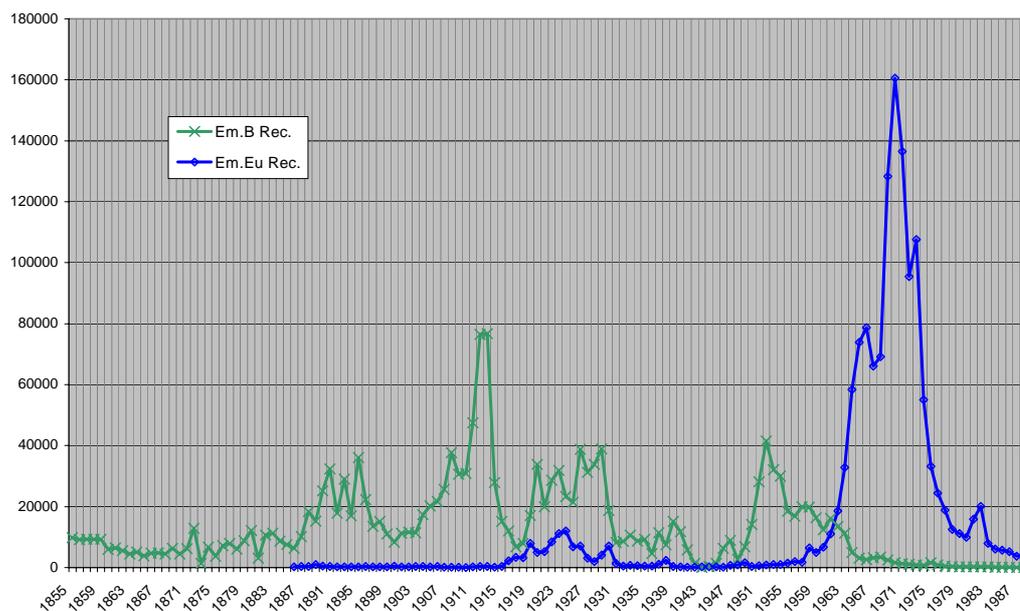
¹⁸ Ver Joaquim da Costa Leite, "Portugal and Emigration, 1855-1914", quadro 1.1 p. 55, quadro 1.2 p. 58, quadro 6.4 p. 434; id., "O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)", in Boris Fausto (org.) *Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina* (São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999), pp. 183-4.

¹⁹ Também sobre este ponto ver Jagdish N. Bhagwati, "The Decision to Migrate: a Survey". A esta verificação estatística corresponde a observação qualitativa familiar aos sociólogos da emigração, que encontram nas biografias de emigrantes a referência aos parentes e amigos anteriormente emigrados.

²⁰ Sobre a diversidade de destinos migratórios ver Jorge Carvalho Arroiteia, *A Emigração Portuguesa, Suas Origens e Distribuição*, (Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983); id., *Atlas da Emigração Portuguesa* (Porto: Secretaria de Estado da Emigração, 1985); tb. David Higgs (ed.) *Portuguese Migration in Global Perspective* (Toronto: The Multicultural History Society of Ontario, 1990); Maria Beatriz Rocha-Trindade, *Da emigração às Comunidades portuguesas* (Lisboa: Edições Conhecer, 1982). Para uma síntese actual ver Jorge Carvalho Arroiteia, "As comunidades portuguesas no mundo" in *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores* (Lisboa: Público e UAL, 2000), pp. 136-7 e de modo geral os artigos da secção 3.2 "Actualidade das migrações: a emigração portuguesa".

recuperação subsequente, e nova interrupção resultante da Grande Depressão, que se manteria praticamente até à Segunda Guerra Mundial. Depois da guerra registou-se uma retoma, mas entretanto as posições relativas das economias brasileira e portuguesa mudaram, enquanto mais próximo de nós o crescimento económico dos países industrializados da Europa Ocidental abria melhores oportunidades.

Gráfico 1. Emigração Portuguesa para o Brasil e Europa



Nota: Emigração para o Brasil segundo a estatística portuguesa, corrigida para incluir a emigração clandestina para a Europa.

Fontes: Joaquim da Costa Leite, "Portugal and Emigration, 1855-1914" (Nova Iorque: Dissertação de Doutoramento na Columbia University, 1994), quadros A.1 e A.2, págs. 610-2; José Luís Garcia, org., *Portugal Migrante* (Oeiras: Celta Ed., 2000), quadros A.6 e A.7, págs. 134-7.

Importa salientar que essa viragem de destino migratório do Brasil para a Europa coincidiu no tempo com um conjunto de novas circunstâncias que deram à emigração portuguesa um poder de transformação económico e social sem precedentes. Desde logo, podemos notar na matriz de correlações do quadro 6 que as taxas migratórias dos distritos do continente mostram um forte elemento de continuidade entre a emigração anterior à Primeira Guerra Mundial e a emigração para o Brasil nos anos cinquenta. Entretanto, a emigração para França ganha uma lógica e distribuição próprias, de maior cobertura territorial, praticamente sem relação com a emigração para o Brasil. Esta quase desaparece nos anos sessenta, enquanto a emigração para França se alarga a outros países europeus e adquire maior complexidade, expressa nomeadamente numa maior componente familiar, com o estímulo adicional de antecipar a retirada dos filhos do recrutamento militar em tempo de guerra colonial.²¹

²¹ Ver José da Silva Lopes, *A Economia Portuguesa Desde 1960* (Lisboa, Gradiva, 1995); Maria Ioannis B. Baganha, "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia

As diferenças logísticas entre o transporte nos paquetes transatlânticos para o Brasil e o transporte rodoviário ou ferroviário para França, Luxemburgo ou Alemanha faziam também com que a emigração clandestina, muito reduzida no caso brasileiro, atingisse percentagens elevadas—em alguns anos os clandestinos seriam quase tantos como os legais—nas saídas para a Europa.²² Se neste aspecto a emigração para a Europa apresentava dificuldades de estudo acrescidas, em perspectiva comparada ela tinha no entanto a vantagem de não ser facilmente distorcida no essencial—por exemplo, a vantagem salarial da França e outros países era evidente—sendo também possível aceder directamente ao testemunho pessoal dos emigrantes.

Quadro 6. Matriz de Correlações de Fluxos Migratórios

	Em1890	Em1911	Em55B	Em60B	Em55F	Em60F
Em1890	1					
Em1911	0,678	1				
Em55B	0,66	0,959	1			
Em60B	0,6	0,969	0,96	1		
Em55F	-0,15	-0,058	0,001	-0,075	1	
Em60F	-0,131	-0,067	0,009	-0,067	0,935	1

Taxas de emigração média anual (por mil) em 1889-1892 (Em1890); 1910-1913 (Em1911); 1955-59, para o Brasil (Em55B) ou França (Em55F); 1960-64, para o Brasil (Em60B) ou França (Em60F).

n = 17 distritos do Continente (Lisboa inc. Setúbal).

Fontes: Joaquim da Costa Leite “Europa, destino tardio da emigração portuguesa (1890-1960)”, comunicação ao XXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (Braga, 16-17 de Novembro de 2001), quadro 5.

A emigração para o Brasil, apesar da tendência crescente ao longo do século XIX, só atingiu nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial um nível suficientemente elevado para afectar significativamente a mão de obra disponível. A interrupção causada pela guerra contrariou esse princípio de desequilíbrio demográfico, de resto muito localizado nos distritos do Norte. Num contexto de acentuado crescimento natural da população, e de reduzido aumento do emprego industrial, a emigração para o Brasil teve um impacto limitado na estrutura do emprego.²³ A situação seria muito diferente mais tarde, no caso da emigração para a Europa. Num período de pouco mais de uma década, os efeitos conjugados de uma emigração intensa, do crescimento industrial e da urbanização, num contexto de maior abertura económica e

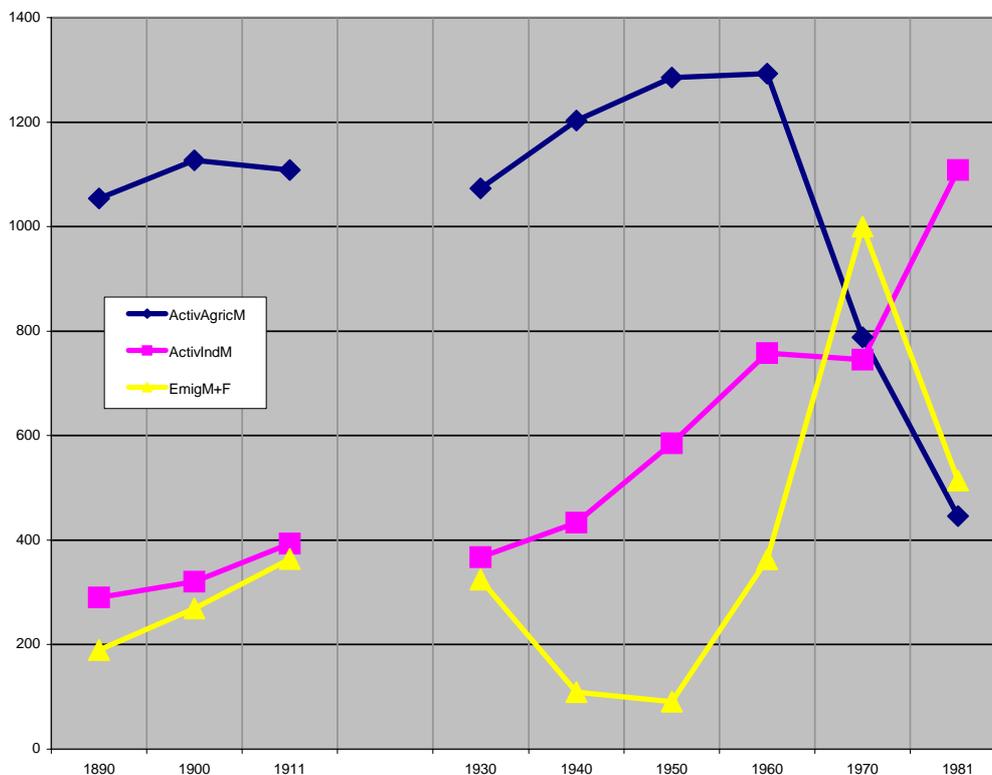
nacional”, *Análise Social*, no. 128, pp. 959-980; Joel Serrão, “Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo” in *Análise Social*, n.ºs. 87-88-89, Vol. XXI, Lisboa, pp. 995-1004.

²² Para a emigração transatlântica ver Joaquim da Costa Leite, “Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”, *Análise Social*, no. 97, pp. 463-480; sobre a emigração para a Europa ver Maria Ioannis B. Baganha, “As correntes emigratórias portuguesas no século XX”; tb. estatísticas em António Barreto, org., *A Situação Social em Portugal 1960-1995* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 3ª reed. 1997), quadro 1.22 p. 72.

²³ Joaquim da Costa Leite, “Portugal and the International Economy: Emigration and Protectionism, 1890-1911” (Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, Documento de trabalho E/ n.º 7 / 2003).

cultural—apesar do regime ditatorial—resultaram num crescimento económico convergente e de rápida alteração estrutural.²⁴

Gráfico 2 -- População Activa e Emigração em Portugal, 1890 - 1981



Notas: População activa masculina na agricultura (ActivAgricM) e na indústria transformadora (ActivIndM) na data dos respectivos censos, e emigração total (EmigM+F) acumulada nos dez anos anteriores (incluindo o ano do censo). Dados em milhares.

Fontes: Ana Bela Nunes, "A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal – um indicador do crescimento económico (1890-1981)" *Análise Social XXVI* (1991), anexo II-A pp. 720-1; Estatísticas da emigração compiladas de Joaquim da Costa Leite, "Portugal and Emigration, 1855-1914" (Nova Iorque: Dissertação de Doutoramento na Columbia University, 1994), quadros A.1 e A.2, págs. 610-2; José Luís García, org., *Portugal Migrante* (Oeiras: Celta Ed., 2000), quadros A.6 e A.7, págs. 134-7; António Barreto, org., *A Situação Social em Portugal 1960-1995* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 3ª reed. 1997), quadro 1.22 p. 72.

Como podemos ver no gráfico 2 a população activa agrícola masculina registou uma tendência de crescimento de 1890 a 1950, estabilizando depois até 1960, para descer abruptamente na década seguinte, numa alteração sem precedentes. Em 1970 os trabalhadores da indústria transformadora igualavam os activos agrícolas, numa extraordinária mudança relativamente à situação existente dez anos antes, notando-se o contributo decisivo da emigração. Embora os dados não sejam rigorosamente comparáveis—a emigração inclui indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades—evidenciam no entanto as linhas de força da mudança, mostrando em particular como o crescimento do emprego industrial no período 1930-60 não tinha conseguido contrariar

²⁴ Abel Mateus, *Economia Portuguesa Desde 1910* (2ª edição: Lisboa, Ed. Verbo, s/d), cap. 4.

o crescimento do emprego agrícola. Se tomarmos este como indicador da relativa abundância de mão-de-obra numa economia cujos solos de maior aptidão agrícola estavam há muito tempo ocupados e aproveitados, percebemos a pressão demográfica e a dificuldade na subida dos salários reais na economia portuguesa até meados do século XX.

À medida que a emigração portuguesa ia passando da fase pioneira do trabalho de homens sozinhos, instalados precariamente em bairros de lata, para emigrantes acompanhados das famílias com vidas modestas mas melhoradas nas periferias das cidades europeias, a experiência emigratória repercutia a sua realidade em Portugal de maneiras diversificadas, desde os efeitos das remessas de emigrantes até às mutações culturais provocadas por emigrantes em contacto com sociedades mais desenvolvidas, democráticas, com outras exigências de consumo e outros valores familiares, nomeadamente nas práticas anticoncepcionais. A emigração não foi o único factor de mudança, mas constituiu sem dúvida um dos mais poderosos factores da modernização de Portugal.²⁵

* * *

Para concluir, lembramos que os temas migratórios são por natureza mediáticos e carregados de emoção, suscitando intervenções diversas no meio das quais facilmente se perdem as vozes e os interesses próprios dos emigrantes. O primeiro cuidado de um investigador consiste em estar prevenido quanto a essa multiplicidade de manifestações e interesses, procurando distinguir a excepção e a regra, aquilo que é acessório ou accidental do que é essencial.

No caso da emigração portuguesa anterior a 1914 o passo mais difícil consiste na reflexão que permita a libertação das noções adquiridas para fazer as perguntas verdadeiramente importantes. Torna-se assim possível constatar a vantagem salarial oferecida no Brasil em ocupações modestas abertas à generalidade dos emigrantes, e não apenas as oportunidades de carreiras no comércio onde se construíram as fortunas dos brasileiros. Acresce que o custo da viagem era um dado importante do problema, estabelecendo umnexo entre o acesso à propriedade e a possibilidade de emigração. Também se torna claro que o caso português não é excepção ao princípio geral de que os mais instruídos demonstram maior mobilidade, e que os emigrantes contam sobretudo com os seus parentes e amigos para receberem informação e apoio.

Numa perspectiva de longo prazo, verificamos que a permanente propensão migratória dos portugueses se concretizou apenas nos períodos favoráveis resultantes das conjunturas económicas dos países de destino, por sua vez marcadas pelas grandes épocas da economia internacional, com as interrupções causadas pelas guerras mundiais e a Grande Depressão. Podemos também verificar que apesar da importância da emigração oitocentista para o Brasil, a emigração para França e outros países europeus

²⁵ Ver, por exemplo, Marie-Christine Volovitch-Tavares, *Portugais à Champigny, le temps des baraques* (Paris, Ed. Autrement, 1995); Michèle Tribalat, *Faire France* (Paris, Ed. La Découverte, 1995); João Peixoto "Emigração" in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, orgs., *História da Expansão Portuguesa. Volume V: Último Império e Recentramento (1930-1998)* (Lisboa : Círculo de Leitores, 1999), pp. 152-181.

no período anterior ao choque petrolífero de 1973 teve um efeito mais concentrado e poderoso.

Ultrapassando os exemplos concretos, e reflectindo em termos gerais sobre a experiência migratória, podemos concluir que ao discutirmos a emigração revelamos aquilo que somos e a forma como interpretamos a economia, a sociedade, e o mundo em que vivemos.

Sem perder de vista a obrigação de denunciar explorações e abusos num dever de cidadania, proponho uma interpretação em que, num mundo imperfeito e cheio de limitações, o emigrante seja encarado não de forma paternalista mas como sujeito do seu próprio destino, e a emigração como a expressão natural do desejo de melhorar de vida, como um exercício de liberdade.